UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

SAMARA FELIX NEVES

Seropédica
Abril de 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA

PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO DE AUTONOMIA DE ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Samara Felix Neves

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora como parte dos requisitos necessários à graduação em Psicologia.

Orientador(a): Prof.ª Ana Cláudia de Azevedo Peixoto
Co-Orientador(a): Luana Luiza Galoni Pereira

Seropédica
Abril de 2022

DEDICATÓRIA

A Deus, "Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém."
Romanos 11:36.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, Autor e Consumador da minha fé. Sem Ele eu não teria chegado onde estou hoje. Muitos foram os momentos em que só Ele presenciou cada choro, desde a tristeza ao alívio e as risadas sem motivo aparente, sustentou minha fé e segurou pela mão me fazendo percebê-lo todos os dias!

A meus pais, Helio e Luciana, que não medem esforços para me apoiar nessa caminhada. Sem vocês eu não seria quem sou. Como eu os amo! Obrigada pelo carinho, sustento, paciência e amor sem medida que vocês sempre dedicaram e continuam dedicando a mim. Aprendo com vocês todos os dias e quero poder honrá-los em tudo o que eu fizer. A Sara e Andresa, minhas *sisters*, vocês sempre serão os melhores presentinhos que ganhei! Meu trio original.

Ao meu avô Paulo que cuida de mim até hoje como filha e sempre me ensinou sobre o valor à vida e como honrar ao nosso Deus em todas as áreas. Obrigada por cada dia que o senhor se levantou cedo pra me levar até a rodoviária e me buscou no ponto de ônibus à noite com um saquinho de jujubas. Sou muito feliz em ser sua neta!

Junto dos meus avós Ivonete, Helio e Suely que abriram as portas das suas casas para me receber com tanto zelo, amor e prazer. Obrigada pelas conversas na mesa de café que sempre se transformavam em grandes resumos empolgados do que eu estava aprendendo. Vó Derci, em memória, e vô Derly, obrigada por amarem, acreditarem e orarem por mim. Amo vocês.

Aos amigos que vieram pela experiência na Universidade. Ellen e Thayná, sem vocês a vida seria muito mais difícil. Eu as amo e sou grata por cada choro, risada, trabalho e prova compartilhada. Maria Paula, GBzinha, David, Lídia e Paulo, vocês são o presente que eu não soube pedir a Deus mas Ele deu mesmo assim. Obrigada por segurarem minha mão mesmo quando nosso dia a dia não é mais tão juntinho!

Aos queridos amigos e irmãos da Capelania e da Aliança Bíblica Universitária - ABU Rural. Ter vocês para caminhar é muito bom! Lucas e Thayara, obrigada por tanto café com rosquinhas, risadas e música, acolhidas no choro e na oração, pessoalmente ou por ligação. Obrigada por serem meus pastores e meus amigos! Amo vocês.

Aos amigos que tanto têm me feito crescer aprender sobre fé e a verdadeira amizade nesse período de incertezas e desafios, Gabi, Gustavo, Isabelle, Gi, Raquel, Hanri e Lucas.

Às minhas orientadoras Ana Cláudia e Luana Galoni. Muito obrigada por serem fonte de inspiração de amor, dedicação, cuidado e acolhimento.

À toda a família LEVICA que inspira e acolhe em cada experiência compartilhada e desafio lançado. Sou grata por poder aprender com cada um sobre mais do que a prática psi, mas sobre se importar com o outro!

RESUMO

Sabe-se que embora a medida de acolhimento institucional esteja prevista para ser aplicada em situação excepcional, na prática, nem sempre se dá dessa maneira. Fazendo com que crianças e adolescentes sejam acolhidos nem sempre como última instância e, alguns, permanecendo por mais tempo do que é previsto em lei. Nos casos onde não há êxito no processo de reinserção familiar, nem colocação em família substituta, os acolhidos tendem a permanecer na instituição até completarem a maioridade. Esse processo, envolto de angústias e desafios, é sabido na literatura e se mostra como uma grande questão para as casas de acolhimento de adolescentes. Nesse momento, onde a opção de desligamento por maioridade é concebida, ações são realizadas para garantir que o jovem consiga estar no mundo e agenciar suas próprias demandas e obrigações sem a tutela da instituição. E percebe-se a necessidade de promoção de autonomia e independência para a transição à vida adulta desses jovens. Dessa forma, o presente trabalho visou realizar uma revisão integrativa da literatura buscando artigos em língua portuguesa dos últimos 20 anos, utilizando como critérios de exclusão reportagens, vídeos e livros; obras incongruentes ao tema e repetições. Foram encontrados 895 artigos com os descritores utilizados e apenas 6 artigos foram selecionados para leitura final. Concebeu-se após a discussão dos resultados que não há estudos ou iniciativas documentadas no Brasil sobre o tema e, por isso, há a necessidade urgente de investimentos em políticas socioassistenciais que de fato garantam os direitos dessa população.

Palavras-chave: Adolescentes; Maioridade; Desligamento institucional; Promoção de Autonomia.

ABSTRACT

It is known that although the institutional foster care arrangement is intended to be applied in exceptional situations, in reality, this is not always the case. As a result, children and adolescents are not always taken in as a last resort, and some of them remain in care for longer than is legally required. In cases where there is no success in the process of family reinsertion or placement in a substitute family, the fostered children tend to remain institutionalized until they reach majority. This process, involved in anguish and challenges, is known in the literature and is a major issue for adolescent foster homes. At this moment, when the option of disconnection by age of majority is conceived, actions are taken to ensure that the young person can be out in the world and manage their own demands and obligations without the tutelage of the institution. And the need to promote autonomy and independence for the transition to adulthood of these youngsters is evident. Thus, the present study aimed to conduct an integrative literature review searching for articles in brazilian portuguese language from the last 20 years, using as exclusion criteria reports, videos and books; incongruent pieces to the theme and replications. It was found 895 articles with the descriptors used and only 6 articles were selected for final reading. After discussing the results, it was conceived that there are no studies or initiatives documented in Brazil on the subject and, therefore, there is an urgent need for investment in social assistance policies that actually guarantee the rights of this population.

Key-words: Adolescents; Majority; Institucional Disconnection ; Autonomy Promotion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
ESPV	Entrevista Semiestruturada Sobre Projetos de Vida
FICE	Fundação Internacional de Comunidades Educativas
LEVICA	Laboratório de Estudos sobre Violência contra a Criança e o Adolescente
MCA	Módulo Criança e Adolescente
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MNPCFC	Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária
NECA	Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente
ONG	Organização Não-Governamental
PCD	Pessoa Com Deficiência
PIA	Plano Individual de Atendimento
PVRA	Projeto de Vida sobre Relacionamentos Afetivos
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SNA	Sistema Nacional de Adoção
TCC	Terapia Cognitivo Comportamental
TE	Terapia do Esquema
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

Figura 1 - Fluxograma de Etapas da Revisão Integrativa da Literatura

Gráfico 1 - Comparação entre anos de publicação dos artigos selecionados

Gráfico 2 - Comparação Locais das Pesquisas

Gráfico 3 - Quanto à prática de grupo educativo em sua metodologia

Tabela 1 - Motivo de acolhimento por faixa etária (% do motivo em cada faixa)

Tabela 2 - Artigos selecionados para realização da Revisão Integrativa da Literatura

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO **11**

2. JUSTIFICATIVA 12

3. OBJETIVOS 14

3.1. Objetivo geral 14

3.2. Objetivos específicos 14

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 15

4.1. Adolescência como fase de desenvolvimento na perspectiva da formação Identitária 15

4.2. Adolescência em acolhimento institucional 16

4.3 Projetos de autonomia e o desligamento por maioridade 18

5. MÉTODO 20

5.1. Tipo de pesquisa 20

5.2. Instrumentos e critérios utilizados 20

5.3. Procedimentos 21

6. RESULTADOS 22

7. DISCUSSÃO 31

7.1. Projeto de Autonomia X Projeto de Vida.....31

7.1.1 Autonomia Comportamental e Projeto de Vida.....31

7.1.2 Autonomia Emocional e Projeto de Vida.....32

7.1.3 Autonomia Cognitiva e Projeto de Vida.....33

7.2 Vulnerabilidade Social e Projeto de Vida.....34

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS 36

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 37

APRESENTAÇÃO

Antes mesmo de decidir pela graduação que ingressaria, já era de meu conhecimento que o público com quem trabalharia seria o infantojuvenil. Ao entrar para o curso de Psicologia e me deparar, ainda no segundo período, com o lindo e intenso trabalho feito pelos participantes do Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA) - em um Seminário do Serviço de Psicologia Aplicada na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, me senti convocada a fazer parte desse projeto.

Com o início da fase de estágios obrigatórios, engajei-me no aprendizado da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e Terapia de Esquema (TE) para atuação em clínica com crianças e adolescentes vítimas de diversos tipos de violência residentes de Casas de Acolhimento do município de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. A ponte entre o LEVICA, pertencente à clínica-escola da UFRRJ, e esses usuários do serviço de suporte psicológico oferecido é feita pela Organização Não Governamental (ONG) Associação Vida Plena de Mesquita e, em situações presenciais, é neste espaço que são realizados os atendimentos.

Fazer parte da família LEVICA tem me impulsionado a alçar vôos ainda maiores no âmbito acadêmico e por isso, ainda na graduação, participei de projetos diversos. Fui desafiada a me aventurar na organização de três cursos de extensão promovidos pelo laboratório com temáticas que permeiam os direitos da criança e do adolescente e fui inserida em pesquisas de mestrado e doutorado de outras pesquisadoras do grupo. O primeiro deles foi idealizado pela psicóloga Gabriella Ramalho, hoje mestre em psicologia, sob o tema "Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em Centros de Referência Especializada em Assistência Social na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro" onde tive a oportunidade de dialogar diretamente com trabalhadores atuantes na rede socioassistencial acerca dos percalços do trabalho de fortalecimento de vínculos nos equipamentos.

INTRODUÇÃO

Muitas são as razões para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Brasil. Dentre as principais estão elencadas a negligência, o abandono por responsável, a violência física e/ou psicológica, e outras (MCA, 2021). O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que medidas de acolhimento são excepcionais e temporárias (BRASIL, 2021) e, através da Lei 13.509 de 2017, há um tempo de 3 meses entre reavaliações dos casos de crianças e adolescentes usuárias do serviço no intuito de tornar o tempo de permanência na instituição menor.

O Censo 2021 do Módulo Criança e Adolescente revelou que o tempo médio de permanência de adolescentes entre 16 e 18 anos que foram desligados no estado do Rio de Janeiro em 2020 foi de 47 meses (2021). A partir de um levantamento feito nacionalmente com dados de 42% dos serviços de acolhimento existentes, foi constatado haver 1.007 jovens, maiores de 18 anos, ainda acolhidos no sistema protetivo (BERNARDI, 2020). Ora, se o caráter da medida de acolhimento é temporário, levanta-se o questionamento acerca do motivo dessa permanência longa e porque, após o tempo previsto, ainda há os que permanecem sob tutela da assistência.

A seguinte pesquisa é a que originou o presente trabalho. Sob a orientação da doutoranda em psicologia, psicóloga Luana Galoni, que desenvolveu o "Programa Candeia: Promovendo autonomia de adolescentes em acolhimento institucional", tenho feito parte do time de pesquisadoras envolvidas. Tendo em vista o embasamento teórico para o entendimento da necessidade deste programa em prol do desenvolvimento da independência desses adolescentes que se encontram em processo de desligamento dos lares acolhedores por atingirem a maioridade, este trabalho busca averiguar produções acadêmicas brasileiras que tangem o conhecimento produzido acerca de projetos de mesmo cunho neste território.

Entendendo inicialmente a autonomia como descrita no dicionário: “capacidade de autogovernar-se, de dirigir-se por suas próprias leis ou vontade própria; soberania.” (MICHAELIS, 2022) na presente pesquisa surgem dúvidas a respeito do desenvolvimento dessa capacidade em adolescentes que passaram parte crítica de seu desenvolvimento em institucionalização e precisam agora ser desligados.

Em busca de encontrar dados sobre isto, as perguntas que nortearão este trabalho são:

1. Existe algum preparo do adolescente para este desligamento ser realizado?
2. Que tipo de auxílio é disponibilizado para o jovem recém desligado em prol de seu desenvolvimento e subsistência?
3. O que o saber científico assume como autonomia e como esta é trabalhada no adolescente em processo de desligamento?

É por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura que o arcabouço conceitual e prático será buscado e analisado com o objetivo de responder a estas inquietações.

1. JUSTIFICATIVA

Em busca de efetivamente proporcionar um bom desenvolvimento psicossocial infantojuvenil, pode-se observar na legislação brasileira que crianças e adolescentes devem ter os direitos, que são fundamentais a todo ser humano, assegurados pelo Estado em plenas condições de respeito à liberdade e dignidade e em prioridade (BRASIL, 2021). No tocante a evolução para a autonomia, o Artigo 17 do Estatuto da Criança e do Adolescente determina que "*o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da* ***autonomia****, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais*" (Ibid). Essa legislatura tem sido benquista internacionalmente desde sua publicação original, porém a aplicabilidade observada no cotidiano da população brasileira jovem não é de todo satisfatória (IANDOLI; PIMENTEL, 2018).

De acordo com o Censo de dezembro de 2021 do Módulo Criança e Adolescente, existem 1.369 crianças e adolescentes em situação de abrigamento institucional em todo o estado do Rio de Janeiro distribuídos em 190 entidades diferentes, dentre as quais encontramos as modalidades Abrigo Institucional, Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e Casa-Lar. Destes, são 258 adolescentes entre 16 e 18 anos, 50 não se encontram matriculados em escolas. Nos últimos cinco anos (2017/2021) foram aproximadamente 92 adolescentes anualmente desligados por maioridade com uma média de permanência em serviço de acolhimento de 44 meses (MCA, 2021).

Um levantamento com recorte de nível nacional feito pelos órgãos Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente em parceria com Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e FICE Brasil, que contou com 42% dos Serviços de Acolhimento representantes de todas as regiões do Brasil como respondentes, revelou que há 14.060 crianças e adolescentes acolhidos, sendo 2.296 entre 16 e 18 anos (BERNARDI, 2020). Segundo o diagnóstico do Sistema Nacional de Adoção de 2020, adolescentes representam 77% do total da população infantojuvenil disponível para serem adotados. Enquanto a busca por crianças menores de 7 anos para adoção é maior do que o número de crianças disponíveis, somente 0,3% dos pretendentes desejam adotar adolescentes (SNA, 2020). É válida a ressalva de que estes índices se referem aos sujeitos que possuem seus dados total ou, mais provavelmente, parcialmente documentados pelo Plano Individual de Atendimento (PIA, MDS, 2018) que é um instrumento que busca facilitar

a articulação da rede de acolhimento no instruir e direcionar a criança ou adolescente para seus próximos passos, sendo eles uma reinserção familiar, adoção ou até mesmo acompanhamento no desenvolvimento de autonomia em casos de desligamento (MDS, 2018).

Em pesquisa realizada por Galoni (2020) sobre o processo de desligamento por maioridade de adolescentes meninas de uma casa de acolhimento da rede socioprotetiva de Nova Iguaçu - RJ, revelou-se que há ocasiões em que as documentações, juntamente de grande parte da história de vida dessas jovens, se encontram incompletas ou até mesmo inexistentes. Ademais, depoimentos de profissionais deste equipamento evidenciaram uma pressão para agilizar o desenvolvimento de habilidades profissionais, educativas e financeiras - projetos de vida traçados - sem o preparo material e/ou psicológico prévio para essas adolescentes, o que foi delineado como um intenso sofrimento psíquico para uma das participantes do estudo (GALONI, 2020, p. 72).

Para Erikson, conforme citado por Schoen-Ferreira et al. (2003), saber quem se é, reconhecer sua própria história e desenvolver crenças, valores e ideais fazem parte da construção da identidade do ser humano. Acrescido a isto, ter acesso à saúde e educação básica é fundamental para uma promoção saudável de autonomia. Considerando os dados supracitados é possível levantar o questionamento sobre a maneira que têm sido comprometidos o desabrochar do senso de liberdade, da tomada de decisão, da independência em prol de uma boa transição de adolescentes em situação de acolhimento para a vida adulta.

E é neste intuito que o presente trabalho de conclusão de curso, como parte da pesquisa intitulada “Avaliação de Programas de Intervenção com Adolescentes Acolhidas Institucionalmente” (GALONI, PEIXOTO, OLIVEIRA, 2021), a partir de uma revisão integrativa da literatura, busca compreender quais ações têm sido traçadas para pensar projetos de vida e de autonomia de adolescentes institucionalizados, visando seu processo de desinstitucionalização e desligamento por maioridade.

2. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral:

Realizar uma Revisão Integrativa da Literatura a fim de mapear estudos realizados no Brasil sobre o tema da promoção de autonomia com adolescentes institucionalizados que estejam sendo desligados por maioridade.

3.2. Objetivos específicos:

- Produzir uma Revisão Integrativa da Literatura de artigos sobre promoção de autonomia com adolescentes em situação de acolhimento institucional, obedecendo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos;
- Analisar e categorizar os resultados da revisão para discussão;
- Discutir a necessidade de investimentos no processo de independência de adolescentes institucionalizados na transição para a vida adulta.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. Adolescência como fase de desenvolvimento na perspectiva da formação identitária

Pensando em conceitos pós-modernos, a adolescência tem sido sintetizada como o período de transição entre a infância e a fase adulta. Esta é, por sua vez, caracterizada por mudanças significativas concomitantes nas áreas do desenvolvimento físico, cognitivo e social (PAPALIA & FELDMAN, 2013). Diferentes perspectivas de estudo sobre esta etapa do desenvolvimento humano tendem a atribuir a adolescência à faixa entre 10 e 21 anos de idade, porém, em busca de uma lente para enxergarmos este trabalho, adotaremos a visão do ECA, que nos diz que "*Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*" (BRASIL, 2021, p. 13).

Segundo Erikson (1968) a identidade de um sujeito é formada a partir do processo dinâmico da construção longitudinal de relações interpessoais e com o meio em que se vive, levando em consideração cultura e tempo histórico. Diferentemente de outros autores, este defendia a relevância da fase da adolescência para tal passo desenvolvimental uma vez que é vista como "*(...) fase de reconstrução de estágios anteriores e de preparação para a vida adulta.*" (DE OLIVEIRA, 2005, p.71).

As oito etapas de construção dessa identidade - Confiança x desconfiança; Autonomia x vergonha/dúvida; Iniciativa x culpa; Esforço x inferioridade; Clarificação de identidade x confusão de papéis; Intimidade x isolamento; Produtividade x estagnação; Integridade x desespero - formuladas por Erikson (1968) se dão por períodos cruciais onde o indivíduo, trabalhando em resoluções de circunstâncias polares, adquire novas capacidades que podem vir a ser equilibradas e desenvolvidas para os próximos momentos de crise de forma psicodinâmica (ERIKSON, 1968). É na adolescência que as habilidades pré-desenvolvidas - confiança em si e no próximo; senso de vontade própria; propósito para realização de tarefas e competência para aprendizagem - são colocadas em cheque e, levando em conta as maturações física, social e cognitiva, o indivíduo vai agora integrar cada uma delas em prol de exibir uma imagem satisfatória de si para os outros e descobrir que tipos de papeis sociais - na caminhada escolar, profissional, familiar - podem ser assumidos em sua vida adulta. Neste momento há

> "(...) aquisição de um sentido de unidade (sentida pelo indivíduo e reconhecida pelos outros) e de continuidade ao longo do tempo (o que permite que o indivíduo se reconheça no presente, no passado e no futuro)" (OLIVEIRA, 2005, p.84).

Considera-se este trajeto como o desdobramento ideal para a construção identitária. Porém, tendo em vista os dados previamente citados no presente trabalho no que tange à adoção, faixa etária, tempo médio de permanência em serviços de acolhimento e lacunas nos registros de histórias de vida, torna-se indispensável a criação e maturação de ideias a respeito de como auxiliar crianças e adolescentes que se encontram em situação de acolhimento e não possuem uma rede de apoio e/ou interações necessárias para este pleno desenvolvimento.

4.2 Adolescência em acolhimento institucional

Sob respaldo do 98º artigo do ECA (BRASIL, 2021) que fala a respeito da aplicabilidade de medidas de proteção à criança e ao adolescente e da implementação das "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" (BRASIL, 2009b) pelo CNAS e pelo CONANDA, tem-se o acolhimento institucional que é definido pelo documento Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014) como

> "Acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção (Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente) e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem- -se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção." (Ibid, p. 44)

Destinado a usuários que possuam fragilidades ou rompimentos em seus vínculos familiares nucleares e/ou extensos, o serviço de acolhimento institucional tem o intuito de garantir proteção integral ao público em necessidade respeitando as pluralidades etnico-racial, religiosa, de gênero, orientação sexual e disposições familiares (BRASIL, 2014). Em busca de auxiliar o público infantojuvenil, faz-se necessário a investigação das razões que levam às medidas de acolhimento. De acordo com o Censo MCA de 2021, os principais motivos para tal são a negligência, abandono pelos pais ou responsáveis, abusos

físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescente, em razão de sua conduta e situação de rua, conforme ilustrados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Motivo de acolhimento por faixa etária (% do motivo em cada faixa)

Motivos	12 a 15 anos	%	16 a 18 anos	%
Negligência	95	24,61	54	20,93
Abandono pelos pais ou responsáveis	35	9,07	27	10,47
Abusos físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescente	24	6,22	11	4,26
Situação de Rua	38	9,84	27	10,47
Em razão de sua conduta	28	7,25	35	13,57

Fonte: Recorte de MCA 2021

Juntamente a estes dados, o diagnóstico do SNA (2020) supracitado evidencia contratempos no tocante ao que é esperado e o que é real sobre a adoção de adolescentes em acolhimento, sendo a quantidade de adolescentes institucionalizados disponíveis para adoção superior ao número de pretendentes a adotarem essa faixa etária. No tocante a reinserções familiares, pesquisas como a de Ramalho (2021) apontam que reinserções não ocorridas ou malsucedidas são as mais frequentes. Isso leva ao entendimento do motivo de o tempo médio de acolhimento de adolescentes (44 meses - MCA, 2021) ser tão além do indicado pela Lei 13.509/2017, que é de 18 meses (BRASIL, 2017).

Outro desafio encontrado a respeito do desenvolvimento de adolescentes em acolhimento foi evidenciado em uma pesquisa realizada por OLIVEIRA (2022) onde, ao investigar sobre o “Direito à sexualidade de adolescentes acolhidas institucionalmente”, constatou que demandas concernentes à sexualidade afetam diretamente a formação identitária e a promoção de autonomia de indivíduos desta faixa etária, trazendo à tona a autonomia como um desdobramento no processo de construção da identidade.

4.3 Projetos de autonomia e o desligamento por maioridade

Conforme foi visto e comprovado pelos dados dispostos, grande parte dos adolescentes institucionalizados não chega a ser adotado ou reinserido em sua família, seja ela de origem ou extensa, desta forma precisam ser preparados para um desligamento da instituição da qual fazem parte. Como previsto por lei, há opções de auxílios oferecidos para os jovens que entram nesta fase. Segundo o documento de Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2014) um desses programas, o Serviço de Acolhimento em Repúblicas, é definido como

> "Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas." (Ibid, p. 51)

O tempo de permanência neste espaço é limitado e periodicamente assistido por profissional de referência. Este, por sua vez, é responsável por garantir o funcionamento do lugar e a construção do projeto de vida por parte do usuário do serviço (BRASIL, 2014). Porém, segundo Garcia (2019) conforme citado por Galoni (2020) este não é um subterfúgio amplamente conhecido ou ofertado em muitos lugares. Por isso há outras opções disponíveis, porém de acesso não tão facilitado quanto deveria ser, como por exemplo os programas "Minha Casa, Minha Vida" ou Benefício de Prestação Continuada para o caso de PCDs, ambos pertencentes ao governo federal (GALONI, 2020).

Pensar autonomia é geralmente sinônimo de levantar uma bandeira de independência e autogoverno. Porém, considerando o saber científico, pesquisas recentes apontam que não é encontrado um consenso conceitual sobre o que de fato vem a ser autonomia. Barbosa e Wagner (2013), ao realizarem uma Revisão Sistemática a respeito deste conceito, apontam

> "A autonomia tem sido um tema de interesse crescente na literatura, mas a multiplicidade e falta de clareza nos conceitos utilizados pulveriza os resultados encontrados, dificultando a

> construção de teorias consistentes sobre esse fenômeno." (Ibid, p. 651)

Com o intuito de categorizar os resultados, os autores subdividem em Autonomia Comportamental - abordada como a habilidade de regulação dos próprios comportamentos (HAASE; TOMASIK; SILBEREISEN, 2008; PETERSON; BUSH; SUPPLE, 1999); Autonomia Emocional - traçada como percepção de si mesmo como indivíduo separado de seus progenitores, enxergados como sujeitos passíveis de falhas (BLOS, 1994) e Autonomia Cognitiva - entendida como capacidade de pensar de forma independente (LEE; BECKERT; GOODRICH, 2010).

Segundo Silva (2010), o processo de desligamento por maioridade precisa estar atado à promoção da autonomia do adolescente para que sua transição para a vida adulta seja preenchida pela capacidade de autossustentação e assim, tenha uma desenvoltura satisfatória e condições dignas de viver fora da instituição que o acolheu. Para isso torna-se imprescindível a criação de projetos que visam este objetivo.

5. MÉTODO

5.1 Tipo de Pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método de Revisão Integrativa da Literatura. O mesmo visa concatenar dados encontrados em formato de artigos, teses, dissertações, entre outros, sejam qualitativos ou quantitativos com objetivo de formular o arcabouço teórico do tema em questão sob o olhar do pesquisador de maneira ordenada e sistematizada (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Este método, inicialmente difundido no campo de pesquisas científicas do ramo da saúde, tem sido cada vez mais utilizado em diversas áreas do conhecimento pois segundo Souza, Silva e Carvalho:

> "A compilação de informações em meios eletrônicos é um grande avanço para os pesquisadores, democratizando o acesso e proporcionando atualização frequente. O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa é reunir conhecimentos sobre um tópico, ajudando nas fundações de um estudo significativo…" (Ibid, p. 103)

Para a devida realização deste método, os passos a serem seguidos são: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (Ibid).

5.2. Instrumentos e critérios utilizados

Os instrumentos reunidos foram materiais acessados das bases de dados CAPES e SCIELO. Nelas foram incluídos artigos científicos, teses e dissertações em língua portuguesa (do Brasil) publicados nos últimos 20 anos condizentes ao tema central da pesquisa: promoção de autonomia de adolescentes institucionalizados em fase de desligamento por maioridade. No tocante a critérios de exclusão, foram retirados materiais como livros, reportagens, vídeos e outras mídias; publicações em outros idiomas; emissões anteriores ao ano de 2002; obras que, a partir de seu título e/ou resumo, não estivessem sob a temática proposta; materiais repetidos.

5.3. Procedimentos

Seguindo a pergunta norteadora: “Como se dá a construção de Projetos de Autonomia de adolescentes em medida de acolhimento atualmente no Brasil?”, foram usadas as seguintes palavras-chaves com seus operadores booleanos: (projeto de vida) AND (adolescentes) AND (abrigo) AND (autonomia) AND (maioridade) AND (casa-lar) AND (institucionalização) AND (juventude) AND (acolhimento institucional) AND (projeto de autonomia).

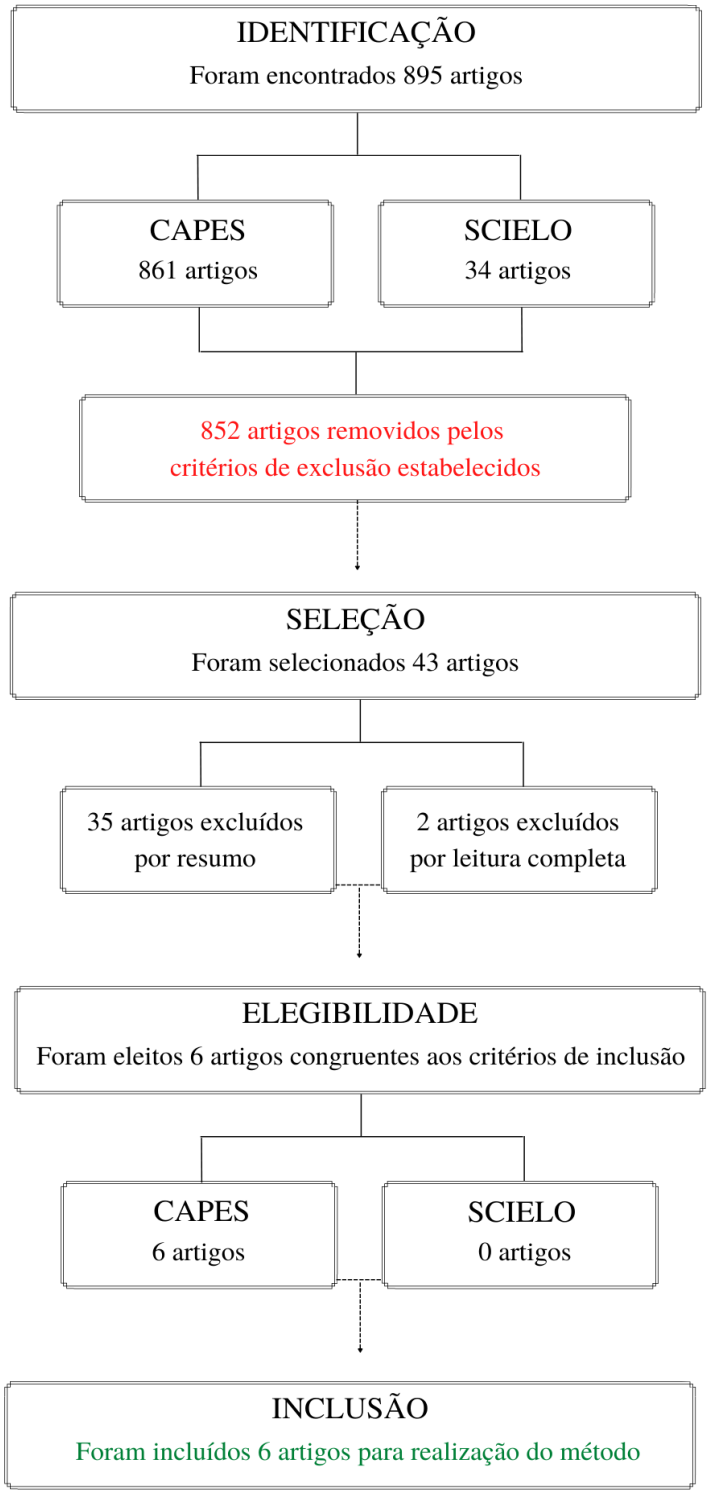
No intuito de tornar mais amplos os resultados da busca, os termos foram utilizados nestes encadeamentos: 1) Projeto de vida, adolescentes; 2) Projeto de vida, adolescentes, abrigo, autonomia; 3) Projeto de vida, adolescentes, abrigo, autonomia, maioridade; 4) Projeto de vida, adolescentes, casa-lar, autonomia, maioridade; 5) Projeto de vida, adolescentes, institucionalização, autonomia, maioridade; 6) Projeto de vida, juventude, abrigo, autonomia; 7) Projeto de vida, juventude, institucionalização, autonomia; 8) Projeto de vida, juventude, acolhimento institucional, autonomia; 9) Projeto de autonomia, adolescentes, abrigo; 10) Projeto de autonomia, juventude, institucionalização; e 11) Projeto de autonomia, adolescentes, acolhimento institucional.

6. RESULTADOS

A partir do emprego das palavras-chave nas bases de dados supracitadas, reporta-se que foram encontrados 895 artigos em sua totalidade sendo 861 na plataforma CAPES e 34 na plataforma SCIELO. Em obediência aos parâmetros de exclusão, foram removidos 193 artigos por estarem em outras línguas, 358 artigos por estarem repetidos e 301 artigos por título não condizente com o tema da pesquisa.

Dos 43 artigos resultantes, 35 foram excluídos tendo em vista seus resumos e 2 excluídos após leitura na íntegra. Como resultado obteve-se 6 artigos para a realização da Revisão Integrativa da Literatura. As etapas aqui descritas podem ser melhor visualizadas pelo seguinte fluxograma:

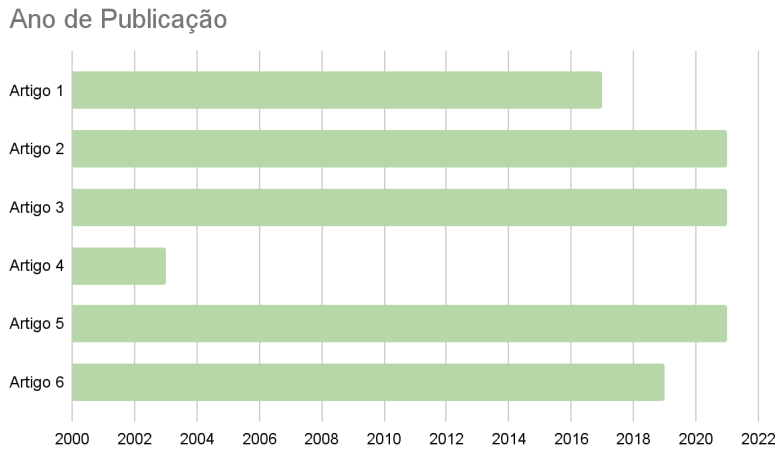
Figura 1 - Fluxograma de Etapas da Revisão Integrativa da Literatura



Fonte: Elaboração da autora (2022)

Algumas das características comuns dentre as pesquisas encontradas que se destacam são: a) período de publicação; b) local das pesquisas; c) grupos educativos, todas serão ilustradas a seguir.

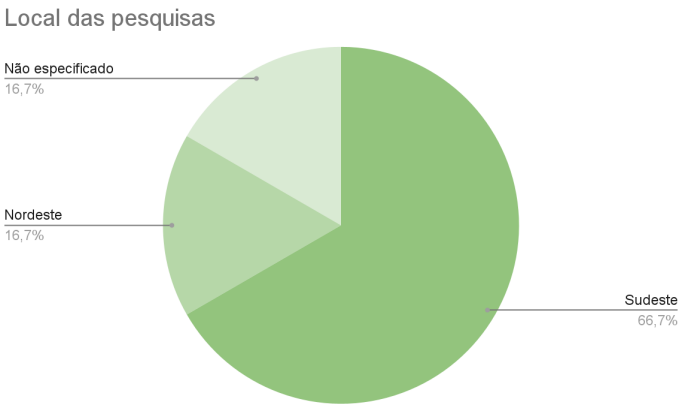
Gráfico 1 - Comparação entre anos de publicação dos artigos selecionados



Fonte: Elaboração da autora (2022)

Observa-se que entre o período de publicação do artigo 4 (2003) e o artigo 1 (2017), que é o segundo mais antigo, há uma diferença de quatorze anos. Os artigos 1, 2, 3, 5 e 6 foram submetidos e aprovados nos últimos cinco anos, três deles concentrados no ano de 2021.

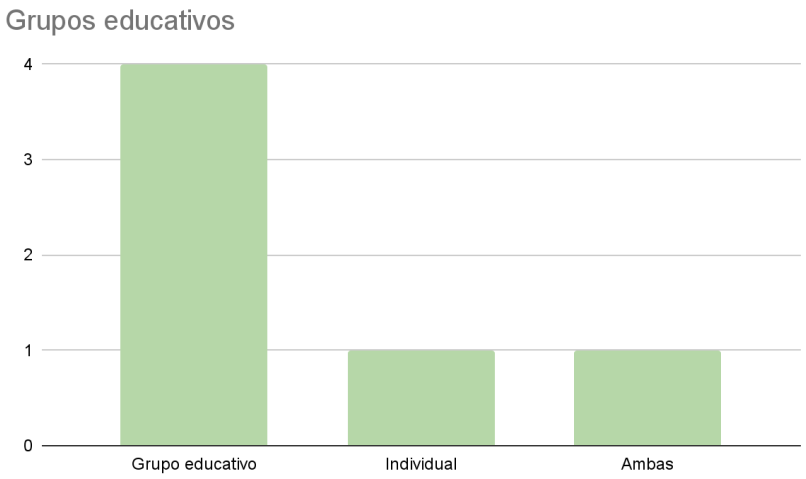
Gráfico 2 - Comparação Locais das Pesquisas



Fonte: Elaboração da autora (2022)

O sudeste brasileiro, mais especificamente o estado de São Paulo, foi palco de maior concentração das pesquisas e intervenções. Dos seis artigos, quatro deles (1, 3, 4 e 5) foram realizados nesta região frente a somente um artigo (2) sendo realizado no nordeste brasileiro. Vale ressaltar que o artigo 6 não possui lugar de realização especificado em seu texto, somente sabe-se que foi elaborado em território nacional.

Gráfico 3 - Quanto à prática de grupo educativo em sua metodologia



Fonte: Elaboração da autora (2022)

Concernente à presença de práticas em grupo nos modelos de intervenção estudados, chamam atenção a evidência disso em cinco artigos (1, 2, 3, 4 e 5). Somente o artigo 6 não utilizou práticas em grupo. O artigo 1 manifestou as duas modalidades em momentos diferentes.

A seguir encontra-se a Tabela 2 que, de forma ordenada, apresenta os artigos selecionados para análise. Nela podem ser observados aspectos gerais congruentes às estruturas de cada publicação. Os seis artigos são provenientes da plataforma CAPES e em busca de serem devidamente fichados, foram integralmente lidos.

Tabela 2 - Artigos selecionados para realização da Revisão Integrativa da Literatura

º	Autor	Artigo/Ano	Veículo	Palavras-chave	Local do Estudo	Objetivos	Recursos	Número de amostra
1	Sandra Maria Fodra; Maria Ephigênia Cáceres Nogueira.	**"O projeto de vida nas escolas do Programa Ensino Integral"** Ano: 2017	Revista @mbienteeducação	Educação Integral; Projeto de Vida; Aprendizagem Significativa; Autoconhecimento	Escolas de Ensino Médio do Programa Ensino Integral, São Paulo - SP	Relato de resultados de pesquisa sobre Construção de Projeto de Vida de alunos.	Entrevistas semiestructuradas; Programa Ensino Integral.	Não especificado.
2	Francisco Wellington Dourado Júnior; Jussara Alves Alcântara; Kellyanne Abreu Silva; Paula Rivele Gomes Sousa Mendes.	**"Adolescentes em vulnerabilidade social: círculo de cultura como estratégia de problematização da realidade"** Ano: 2021	Revista de Educação Popular	Adolescentes, Educação em saúde, Vulnerabilidade social	CRAS de Alcântaras - CE	Relato de experiência de implementação de uma ação educativa sobre Projeto de Vida, com um grupo de adolescentes em condição de vulnerabilidade social.	Diagnóstico situacional; implementação do círculo de cultura; Diários de campo.	20 adolescentes entre 15 e 17 anos.

3	Patrick Pereira; Letícia Lovato Dellazzana-Zanon.	**“Programa de intervenção para promoção de projetos de vida de adolescentes”** Ano: 2021	Revista de Educação PUC-Campinas	Adolescência; Projeto de vida; Psicologia da educação; Psicologia positiva.	Escola Pública no Interior de São Paulo.	Apresentar a aplicação de um Programa de Intervenção, baseado na Psicologia Positiva, para a promoção de projetos de vida em adolescentes do Ensino Médio.	Análise de conteúdo seguindo o modelo misto de categorização; Grupo educativo.	18 estudantes entre 16 e 18 anos
4	Cristina Peres Cardoso; Maria Inês Monteiro Cocco.	**“Projeto de vida de um grupo de adolescentes à luz de Paulo Freire.”** Ano: 2003	Revista Latino-Americana de Enfermagem	Promoção Da Saúde; Enfermagem Em Saúde Pública; Educação Em Saúde; Adolescência	Unidade Básica de Saúde em Marília - SP	Conhecer o projeto de vida de um grupo de adolescentes	Entrevistas individuais semiestruturadas; grupo educativo.	7 adolescentes entre 14 e 18 anos.
5	Cláudia Gersen Alvarenga; Laís Barbosa Patrocino; Lucas Barbi	**“Discutindo projetos de vida com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social”**	Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude.	Projetos de vida; Crianças e adolescentes; Vulnerabilidade social; Educação em saúde	Região periférica de Belo Horizonte - MG	Analisar um trabalho sobre projetos de vida com crianças e adolescentes.	Questionário Diagnóstico; Grupo educativo; Diário de campo.	27 participantes entre 9 e 15 anos.

		Ano: 2021						
6	Helena da Silveira Riter; Letícia Lovato Dellazzana-Zanon; Lia Beatriz de Lucca Freitas.	**“Projetos de vida de adolescentes de nível socioeconômico baixo quanto aos relacionamentos afetivos”** Ano: 2019	Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo.	Adolescência; Relacionamento afetivo; Projeto de vida.	Brasil - estado não especificado.	Investigar a existência e examinar o conteúdo de projetos de vida sobre relacionamentos afetivos em adolescentes de nível socioeconômico baixo.	Ficha de dados biossociodemográficos; Entrevista semiestruturada sobre projetos de vida.	6 adolescentes entre 14 e 16 anos.

Fonte: Elaboração da autora (2022)

Fazendo uso de um estudo longitudinal, no artigo 1 são descritas as diretrizes e resultados acerca de um programa de ensino integral implantado em escolas de ensino fundamental (II) e médio onde os alunos são submetidos às ações durante seus cinco últimos anos escolares referentes à construção de seus Projetos de Vida. As autoras destacam a importância do ambiente escolar nas conquistas futuras das crianças e adolescentes abordando o acompanhamento feito desde o 8º ano do Ensino Fundamental onde, gradualmente, discutem, refletem, estudam e põe em prática questões concernentes a autoestima e potencialidades (8º e 9º ano EF), autoconhecimento e história de vida (1º ano EM), desenvolvimento da autonomia e relação entre escolhas e consequências na própria elaboração de seu projeto de vida (2º ano EM) e, por último, a preparação para entrada no mundo acadêmico e do trabalho (3º ano EM). Ao final, o estudo conta com o *feedback* de professores que atuaram na iniciativa por meio de um questionário.

No artigo 2, trazendo uma perspectiva mais direcionada ao campo social, a um grupo focal com adolescentes usuários de um CRAS no Ceará foi proposta a implementação de um círculo de cultura (FREIRE, 2005) onde, em 5 encontros, após um mapeamento diagnóstico da situação de vulnerabilidade dos participantes, foram levantados dois eixos específicos a serem abordados nas reuniões: a Saúde Psicossocial e Projetos de Vida. Diante dos percalços de suas vidas pessoais, em todos os âmbitos, os adolescentes trouxeram à tona o atrelar do desenvolvimento da sua autonomia ao desejo de transformação de suas realidades.

Seguindo a linha de pensamento da importância do ambiente escolar e sua relação direta com a construção de projetos de vida, o artigo 3 aborda um Programa de Intervenção focal, em tempo limitado onde fez-se uso de 8 encontros com temas e atividades predeterminadas para estimular em alunos de 3º ano do ensino médio discussões e práticas sobre relações afetivas, aspirações positivas, autoconhecimento, investigação da história de vida, perspectiva de futuro a curto, médio e longo prazo, pressões familiares tangendo futuro profissional e de que forma isso influencia a criação do projeto de vida, capacidade profissional e persistência nos objetivos traçados, noção de gostos pessoais e como manejar felicidade e obrigação na construção de seu projeto de vida.

Por meio de entrevista individual semiestruturada seguida de implementação de grupo educativo com usuários de uma Unidade Básica de Saúde de São Paulo, as autoras do artigo 4 desenvolveram com adolescentes entre 14 e 18 anos debates com três temas centrais: O que é ser adolescente; o que é ter saúde; e projeto de vida do adolescente. Nas discussões, os participantes mostraram suas insatisfações e desejos relacionados à fase do desenvolvimento e o quão tolidos se sentiam por suas relações familiares e os atravessamentos como violência,

uso de álcool e drogas, entre outros. No que concerne a autonomia, estes adolescentes a ataram firmemente ao desenvolvimento profissional como perspectiva de melhorar o futuro e desenvolver seus próprios laços familiares saudáveis.

No intuito de atrelar projetos de vida e educação em saúde, o artigo 5 retrata a série de oficinas educativas realizadas com estudantes entre 6 e 15 anos residentes de Belo Horizonte, de nível socioeconômico baixo e marcadores de vulnerabilidades presentes. Os encontros consistiam em debates que instigavam autoconhecimento, autoestima, afetividade e desenvolvimento cognitivo. Os projetos de vida destes adolescentes se mostraram intrinsecamente ligados à afetividade familiar e evidenciaram uma desconexão entre ações do presente e consequência futuras para o desenvolvimento da autonomia.

Permanecendo no perfil de participantes de nível socioeconômico mais baixo e marcado por vulnerabilidades, o artigo 6 traz um estudo de projeto de vida sobre relacionamentos afetivos (PVRA). Os dados foram coletados individualmente com adolescentes entre 14 e 16 anos sob uso de ficha de dados biossociodemográficos (em busca de conferir características à amostra) e a entrevista semiestruturada sobre projetos de vida (ESPV) (MIRANDA, 2007). Abordando temas como carreira, família, felicidade, pertences, generosidade, projeto de vida e a relevância do mesmo para o próprio desenvolvimento e as relações afetivas. Os resultados evidenciam a priorização dos estudos e construção de carreira em detrimento do desenvolvimento de relacionamentos afetivos.

No decorrer da realização desta revisão integrativa da literatura destaca-se o fato de, mesmo com o uso das palavras-chave de forma extensa, não serem encontrados artigos, teses ou dissertações acerca de projetos que promovam autonomia com adolescentes em processo de desligamento das instituições de acolhimento que estão inseridos.

7. DISCUSSÃO

Dentro dos desdobramentos de cada artigo estudado, considerações são encontradas em comum e neste momento serão elucidadas em busca de tornar o diálogo entre os autores focado em alcançar os objetivos deste trabalho.

7. 1 Projeto de Autonomia X Projeto de vida

Dentro da bibliografia encontrada para embasamento deste trabalho, juntamente com os artigos resultantes dos processos da Revisão Integrativa, percebeu-se a necessidade de delimitação das noções de projeto de vida e projeto de autonomia.

Segundo Antunes (2016) projetos de vida são focados em necessidades pontuais que podem variar de acordo com o público no qual é desenvolvido como, por exemplo, um projeto de vida referente à adoção, ou reinserção familiar. Muitas vezes a autonomia poderá aparecer como um dos valores secundários a serem desenvolvidos. Diferente disso, projetos de autonomia visam a própria autonomia, enquanto conceito já aprofundado em capítulos anteriores, como princípio central de desenvolvimento. (Ibid)

7.1.1 Autonomia Comportamental e Projeto de Vida

Entendemos como autonomia comportamental a autorregulação dos próprios comportamentos (HAASE; TOMASIK; SILBEREISEN, 2008; PETERSON, BUSH; SUPPLE, 1999). A partir disto, Fodra e Nogueira (2017) evidenciam a importância de pensar sobre ações e consequências na adolescência e o papel da escola neste processo. Desenvolver um bom foco em ações disciplinares dando as ferramentas necessárias para que o adolescente possa levar para si no decorrer do crescimento se mostrou uma estratégia efetiva visto que 90% dos alunos do programa completaram seus Projetos de Vida.

Apesar de entenderem sobre a necessidade de boas escolhas no “agora”, adversativos ao estudo anterior, os adolescentes que fizeram parte da pesquisa de Júnior et al. (2021) afirmaram não sentir segurança ou preparo para tal responsabilidade. Outro grupo participante revelou comportamento passivo diante das opções existentes por conta de vivências limitadas enxergadas pelas próprias lentes culturais (Cardoso e Cocco, 2003).

7.1.2 Autonomia Emocional e Projeto de Vida

No que tange o conceito de Autonomia emocional assimilado como a percepção de si para além dos progenitores (BLOS, 1979), os trabalhos relatados por Fodra e Nogueira (2017) e Alvarenga et al. (2021) evidenciam o estímulo de autoconhecimento e potencialidades dos adolescentes em seus programas e o quão relevante isto é para a construção de seus projetos de vida. Assim como estes, Pereira e Dellazana - Zanon (2021), através da atividade "árvore genealógica das profissões" (diálogo com familiares a respeito de suas trajetórias profissionais, desde sonhos a escolhas finais), mostraram a importância do conhecimento e interação familiar para a construção de uma autoimagem saudável e estimuladora de bons projetos. Relataram ainda que todos os participantes expressaram o desejo de ter bons relacionamentos familiares futuramente.

Com relação direta às afetividades, Cardoso e Cocco (2003) registram relatos dos participantes que evidenciam visões sobre a fundamentalidade da família nos processos de autonomia e o quanto os conflitos familiares afetam esse desenvolvimento no adolescente. Pereira e Dellazana - Zanon (2021) trouxeram como resultado a mudança de visão de familiares de adolescentes participantes da intervenção, causada pela atividade realizada com relação às escolhas e pressões sobre seus filhos acerca de seus futuros. A mudança de discurso de um dos familiares foi citada

> "*A entrevista com meu avô meio que fez ele pensar. Ontem mesmo ele virou para mim e falou que eu tenho que fazer o que eu quero, isso meio que deu uma decisão para mim e me ajudou a pensar que vou fazer isso mesmo (V - 17 anos)*" (Ibid, 2021, p. 11).

Neste trecho é possível ver a importância da família para a renovação da perspectiva de futuro da adolescente frente ao incentivo de alguém importante para a mesma, onde ao mesmo tempo que ela percebe que é sua própria pessoa, vê que tem a capacidade de encontrar e fazer o que lhe dá prazer.

Em contrapartida, os estudos realizados por Alvarenga et al. (2021) e Riter et al. (2019) trouxeram marcadores diferentes. Lembrando que os perfis do público participante foram marcados por vulnerabilidades e atravessamentos socioculturais como violência urbana e doméstica, os projetos de vida destes adolescentes se deram em sua maioria com prejuízo no desejo por relacionamentos afetivos.

7.1.3 Autonomia Cognitiva e Projeto de Vida

Fodra e Nogueira (2017) relatam o trabalho mais completo a respeito da autonomia cognitiva compreendida como a capacidade de se pensar autonomamente (LEE; BECKERT; GOODRICH, 2010) e a relação direta com a construção de projeto de vida encontrado durante a realização da presente pesquisa. Sob o objetivo de "*viabilizar a formação de jovens autônomos, solidários e competentes*" (FODRA; NOGUEIRA, 2017, p. 256) é visto o desabrochar da capacidade de autonomia cognitiva dos alunos desde cedo. A imprescindibilidade de uma boa base curricular a fim de estimular sábias escolhas e prever riscos e consequências, bem como preparo cuidadoso para a vida acadêmica e no mundo do trabalho são evidenciadas nas falas de professores da iniciativa

> "Eles aprendem que as escolhas do presente interferirão no seu futuro e que a escola pode contribuir nesse percurso e, assim, os estudos passam a ter mais sentido e significado para os jovens que almejam um futuro promissor. Noventa por cento dos alunos do Ensino Médio finalizam a construção do seu Projeto de Vida até o final da 3a série, o que demonstra o sucesso das aulas e dos professores na condução desse processo." (Ibid, p. 260)

A pesquisa relatada por Pereira e Dellazana - Zanon (2021) corrobora com as autoras supracitadas em relação à importância do contexto escolar e, através da diferença dos estudos (longitudinal para o anterior e transversal para este) reitera que o investimento de tempo hábil para a realização desses projetos se faz necessário.

Outra face do "pensar de forma independente" foi atribuída por Pereira e Dellazana - Zanon (2021) e está presente no texto de Júnior et al. (2021) de modo a expandir seus efeitos para além da transformação pessoal uma vez que

> "Foi evidenciado que estimular adolescentes a refletirem acerca da realidade social em que estão inseridos fomenta o desenvolvimento de um papel protagonista na transformação individual e coletiva, bem como um novo enfrentamento do contexto de vulnerabilidades que os cercam." (JÚNIOR et al., 2021, p. 229)

Por outro lado, Alvarenga et al. (2021) traz o mesmo efeito do tópico anterior, haja vista as características do público da pesquisa: cercados de vulnerabilidades sociais.

> "Apesar do estudo ter sido mencionado como uma ação necessária para alcançar o futuro desejado, a escola não é citada diretamente como um caminho para alcançar os projetos pretendidos pela maioria das/os participantes." (Ibid, p. 192)

As atividades realizadas e registradas marcaram uma defasagem na conexão entre escolhas e previsão de consequências na desenvoltura de autonomia, o que leva a percepção do quão nocivas são as vulnerabilidades sociais para a construção de um projeto de vida saudável (SOUZA, et al., 2019).

7.2 Vulnerabilidade Social e Projeto de Vida

Neste ponto é necessário o destaque para as menções às vulnerabilidades sociais evidenciadas pelos autores Júnior et al. (2021), Alvarenga et al. (2021) e Riter et al. (2019). Nos três estudos estas indefensabilidades e desproteções foram apresentadas como empecilhos significativos para a produção de autonomia saudável dentro das perspectivas de futuro tanto para motivações profissionais quanto para relacionamentos sadios.

Em seu trabalho sobre a elaboração de uma intervenção psicossocial com enfoque no desenvolvimento de habilidades socioemocionais de crianças em vulnerabilidade social, Antão (2020) articula sobre a necessidade urgente de políticas públicas que visem o cuidado multidisciplinar desta população. Através do relato de profissionais que atuam diretamente com crianças e suas famílias frequentadoras de uma instituição em Barra Mansa - RJ, a autora mostra que os trabalhadores.

> "Reconhecem que na teoria as políticas são bem elaboradas e poderiam ser aplicadas salvo falhas importantes no sistema tais como limitação no direcionamento de recursos, desarticulação da rede, falta de capacitação para os profissionais, alta rotatividade e politicagem." (Ibid, p.79)

A partir disto foram feitos apontamentos pelos próprios entrevistados sugerindo a melhoria da articulação da rede socioassistencial, maior preparo dos funcionários que a compõem, uma vez que muitos "caem de paraquedas" no serviço, e implementação de trabalhos de caráter preventivo com o público infantojuvenil no que tange saúde mental (Ibid.) que, haja vista, é fundamental para um bom desenvolvimento de autonomia.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de confecção deste trabalho existiram diversos desdobramentos que valem a pena ser mencionados. Concernente ao método utilizado, este é de grande valia no que se propõe fazer. Apesar de extenso e abundante, há boas ferramentas disponíveis para sua produção. A possibilidade de nitidez e organização nos resultados e a facilitação para estudos vindouros de diversas áreas do conhecimento são notáveis. Embora, na busca do aporte teórico tenha sido encontrada uma pluralidade de sentidos no tocante à definição de autonomia, se mostrou possível a articulação dos resultados da Revisão Integrativa com os conceitos enunciados gerando um debate satisfatório dos pontos de vista multiformes de cada um.

Após a realização das categorizações e análises na Revisão Integrativa da Literatura, foi possível concluir que em território brasileiro não há estudos ou iniciativas documentadas dentro das duas últimas décadas que respaldam a população infantojuvenil no âmbito da promoção de autonomia atada ao processo de desligamento institucional. Diante dos dados trazidos nesta pesquisa acerca dos censos dos últimos 5 anos, onde se consideram o tempo médio de permanência de adolescentes em Serviços de Acolhimento de 3 anos e 8 meses e a porcentagem de pretendentes a adoção de adolescentes sendo 0,3% frente os 77% desta faixa etária que integram o SNA, os resultados se mostram como condição alarmante uma vez que a garantia de direitos desta população é atribuída ao ECA que, como mencionado neste trabalho, é uma das legislações mais completas existentes no que se remete a proteção da criança e do adolescente. Deste modo evidencia-se a urgente necessidade da criação e implementação de políticas públicas sociais e de assistência que de fato sejam amparadoras desses sujeitos de direitos, previstos por lei de modo que não sejam esquecidos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTAO, S.D. **Proposta de intervenção psicossocial para crianças em vulnerabilidade social focada em habilidades socioemocionais.** 2020. 112p. Dissertação do Mestrado em Psicologia. Orientadora Profª Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

Autonomia | Michaelis On-Line. **Michaelis On-Line**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=EMnj>. Acesso em: 7 maio 2022.

BARBOSA, P. V.; WAGNER, A. A autonomia na adolescência: revisando conceitos, modelos e variáveis. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 2013, v. 18, n. 4, pp. 649-658. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2013000400013> acesso em 05, maio 2022. Epub 24 Abr 2014. ISSN 1678-4669.

BATISTA, G. R. **Avaliação sobre vínculo e reinserção familiar em centros de referência especializada em assistência social na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.** Dissertação do Mestrado em Psicologia. Orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021

BLOS, P. Adolescência: uma interpretação psicanalítica (W. Dutra, Trad.). **São Paulo**, 1994.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas: Serviço de acolhimento para Crianças e Adolescentes.** 2a ed. Brasília: 2009b.

BRASIL. Ministério Público do Estado do Paraná. Comparativo ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente e as alterações definidas pela Lei no 13.509/2017**, de 22 de novembro de 2017. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação Curitiba, 22 mar. 2018.

CARDOSO, C. P.; COCCO, M. I. M. Projeto de vida de um grupo de adolescentes à luz de Paulo Freire. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 11, n. 6, p. 778–785, 2003.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/ftwyxb38dyQrP6vqyPRGZMm/?lang=pt>. Acesso em: 02, maio 2022.

BERNARDI, F. C. D.; Levantamento Nacional sobre os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes em tempos de Covid-19: apresentação dos resultados Volume 1. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/2021/03/E-book_1-LevantamentoNacional.pdf > ACESSO.

CLAUDIA G. A.; LAÍS B. P.; BARBI, L. Discutindo projetos de vida com crianças e adolescentes em vulnerabilidade social. DESIDADES - Revista Científica da Infância, Adolescência e Juventude, v. 0, n. 29, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/desidades/article/view/43332>. Acesso em: 02, maio 2022.

DA CONCEIÇÃO, M. ; ANTUNES, P. Percorrendo trilhos: pontes entre a proteção e a autonomia. [s.l.: s.n.], 2016. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/51110/1/Percorrendo%20trilhos%20-%20pontes%20entre%20a%20prote%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20autonomia.pdf>.

DE OLIVEIRA, J. S. Desenvolvimento psicossocial e estilos de vinculação: convergência e divergência de percepções de satisfação na família. 2005.

DOURADO JÚNIOR, F. W.; ALCÂNTARA, J. A.; SILVA, K. . A.; MENDES, P. R. G. S. Adolescentes em vulnerabilidade social: círculo de cultura como estratégia de problematização da realidade . Revista de Educação Popular, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 288–303, 2021. DOI: 10.14393/REP-2021-54991. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/54991. Acesso em: 02, maio. 2022.

ERIKSON, E. H. Identidade, juventude e crise.(A. Cabral, Trans.) Rio de Janeiro. 1968.

FODRA, S. M.; NOGUEIRA, M. E. C. O projeto de vida nas escolas do Programa Ensino Integral. Revista @mbienteeducação, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 251 - 261, jul. 2017. ISSN 1982-8632. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/34>. Acesso em:

02, maio 2022. doi:https://doi.org/10.26843/v10.n2.2017.34.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo. **Vozes**, 2005.

GALONI, L.L. **A Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional: Analisando o processo de desligamento institucional por maioridade.** 2020. 99 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

GARCIA, N. Z. **Acolhimento institucional e o desligamento obrigatório: trajetórias, significados e perspectivas futuras para as adolescentes.** (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

HAASE, C. M.; TOMASIK, M. J.; SILBEREISEN, R. K. Premature behavioral autonomy: Correlates in late adolescence and young adulthood. **European Psychologist**, v. 13, n. 4, p. 255-266, 2008.

IANDOLI, Rafael. Estatuto da Criança e do Adolescente: um avanço legal a ser descoberto. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/explicado/2018/04/02/Estatuto-da-Crian%C3%A7a-e-do-Adolescente-um-avan%C3%A7o-legal-a-ser-descoberto>. Acesso em: 1º, maio 2022.

LEE, Chien-Ti; BECKERT, Troy E.; GOODRICH, Thane R. The relationship between individualistic, collectivistic, and transitional cultural value orientations and adolescents' autonomy and identity status. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 39, n. 8, p. 882-893, 2010.

L8069. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 1º, maio 2022.

MCA - Módulo Criança e Adolescente. Rj.gov.br. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/censos/28o-censo/>. Acesso em: 1º, maio 2022.

MIRANDA, F. H. F. **Projetos de vida na adolescência: um estudo na área da ética e da moralidade**. 2007. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

OLIVEIRA, G. R. D. **Direito à sexualidade de adolescentes acolhidas institucionalmente. Dissertação do Mestrado em Psicologia.** Orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2022

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA) DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/OrientacoestecnicasparaelaboracaodoPIA.pdf> ACESSO.

PAPILA, D. E. Desenvolvimento humano [recurso eletrônico] / Diane E. Papalia, Ruth Duskin Feldman, com Gabriela Martorell ; tradução : Carla Filomena Marques Pinto Vercesi... [et al.] ; [revisão técnica: Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva... et al.]. – 12. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : AMGH, 2013.

PETERSON, Gary W.; BUSH, Kevin R. Predicting adolescent autonomy from parents: Relationship connectedness and restrictiveness. **Sociological Inquiry**, v. 69, n. 3, p. 431-457, 1999.

RITER, H. S.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Projetos de vida de adolescentes de nível socioeconômico baixo quanto aos relacionamentos afetivos. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto , v. 20, n. 1, p. 55-68, 2019 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702019000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02, maio 2022.

SILVA, M. E. S. **Acolhimento institucional: a maioridade e o desligamento.** (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

SCHOEN-FERREIRA, T. H., AZNAR-FARIAS, M. E SILVARES, E. F. D. M. A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. Estudos de Psicologia (Natal) [online]. 2003, v. 8, n. 1 [Acessado 9 Maio 2022] , pp. 107-115. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012>. Epub 22 Out 2003. ISSN 1678-4669. https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000100012.

SOUZA, L. B. D.; PANÚNCIO-PINTO, M. P. ; FIORATI, R. C.. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 27, n. 2, p. 251–269, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt#>. Acesso em: 6 maio 2022

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), v. 8, p. 102-106, 2010.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. [s.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf> ACESSO.

Vista do Programa de intervenção para promoção de projetos de vida de adolescentes. Puc-campinas.edu.br. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/5296/3344>. Acesso em: 02, maio 2022.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. Journal of advanced nursing, v. 52, n. 5, p. 546-553, 20.